



Simulado Especial

TCE RN

Auditor De Controle Externo -
Especialidade: Direito

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RN**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/GLHpLproqQu75rvu8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/23w1>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Patrícia Manzato

Texto 01

Prezado(a) colega,

O editorial desta semana não poderia ser diferente, pois dia 08 de março é o Dia Internacional das Mulheres – elas merecem a nossa homenagem pelo seu dia.

Existem várias explicações para identificar a origem deste dia, porém, independente dos motivos, o que se sabe é que com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), eclodiram ainda mais protestos em todo o mundo na busca dos direitos das mulheres.

Foi em 8 de março de 1917, que aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II, as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra - em um protesto conhecido como "Pão e Paz". Desde então a data consagrou-se, embora tenha sido oficializada como Dia Internacional da Mulher apenas em 1921.

Falar das mulheres é falar da nossa própria existência, pois sem elas não seria possível estarmos no mundo. Estou me referindo à mulher mãe e creio que não ofenderia nem de leve a doce mãe de Jesus se falasse baixinho "Minha mãe bendita és tu entre as mulheres".

Não posso esquecer a mulher empresária, que tem a cada dia aumentado a participação no mundo do trabalho. pesquisas do Sebrae têm revelado que mais de 50% dos empresários de pequenas empresas são mulheres.

E agora por que não falar da Mulher Profissional da Contabilidade, que tem aumentado nos últimos anos, atingindo percentual próximo de 50% em todo o país? E através do movimento da Mulher na contabilidade elas têm realizado fóruns em todo o país, para desenvolver a capacidade da mulher na política classista, o que tem aumentado bastante o número das mulheres administrando os nossos conselhos.

Não poderíamos deixar de afirmar que a nossa profissão tipicamente masculina e altamente machista, no decorrer do tempo, sempre colocou a mulher em

segundo plano e algumas destemidas e guerreiras têm lutado para assumir o seu espaço e tornaram-se líderes classistas. Não podemos deixar de citar Maria Constança Carneiro Galvão, exemplo de determinação e defesa da mulher contábil baiana e a primeira mulher a comandar o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia.

Particularmente, gosto muito de trabalhar com as mulheres, pois muitas vezes na condição de gestoras, conseguem apresentar habilidades específicas ao observarem detalhes, sendo determinadas e preocupadas com a humanização dos ambientes onde realizam gestão.

Hoje, temos em nosso Conselho Diretor, três valorosas mulheres que têm se destacado em tudo que fazem. A nossa gratidão a Maria do Socorro, Lorena Pinho e Sônia Gomes.

Avante, mulheres, nas suas conquistas e nos espaços alcançados!

Atenciosamente

Fonte: <<https://www.crcba.org.br/boletim/boletim646/index.html>>

1. No trecho "*O editorial desta semana não poderia ser diferente*", o uso do futuro do pretérito indica uma possibilidade no passado.
2. No período "*Foi em 8 de março de 1917, que aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se*", a vírgula após "1917" está incorretamente empregada.
3. A oração "*pois sem elas não seria possível estarmos no mundo*" estabelece uma relação de causa com a oração anterior.
4. A expressão "*E agora por que não falar*" poderia ser reescrita como "*E agora porque não falar*" sem alteração de sentido.
5. O texto apresenta características predominantes do tipo textual dissertativo-expositivo.

6. Em "a nossa profissão tipicamente masculina e altamente machista", os advérbios "tipicamente" e "altamente" modificam, respectivamente, os adjetivos "masculina" e "machista".
7. O vocativo "Prezado(a) colega" poderia ser reescrito como "Prezados(as) colegas" para abranger um público mais amplo.
8. A palavra "Avante" em "Avante, mulheres" funciona como interjeição de estímulo.

Texto 02

"A vida é uma tempestade (...) Um dia você está tomando sol e no dia seguinte o mar te lança contra as rochas. O que faz de você um homem é o que você faz quando a tempestade vem."

O Conde de Monte Cristo, Alexandre Dumas

9. No período "Um dia você está tomando sol e no dia seguinte o mar te lança contra as rochas", a correlação temporal entre os verbos "está" (presente) e "lança" (presente) produz um efeito estilístico de presentificação de ações habituais ou cíclicas.
10. A metáfora "A vida é uma tempestade" estabelece uma isotopia semântica que se desenvolve ao longo do texto através dos semas /instabilidade/, /força destrutiva/ e /imprevisibilidade/.
11. O pronome "você" no texto funciona como estratégia de genericização enunciativa, criando um efeito de universalização da experiência descrita que transcende a especificidade do interlocutor direto.
12. A elipse do sujeito em "(...) te lança contra as rochas" e a posterior explicitação em "O que faz de você um homem" criam um movimento enunciativo que progride da despersonalização

para a individualização, reforçando a tese central sobre a construção identitária.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

In this World Cup year, Fifa has come out of the blocks quickly. In the past few weeks any number of initiatives have been announced or activated, from a data partnership with Opta to facilitate more betting, to the Fifa Pass for speeding up visa applications for the US this summer, to the unveiling of the official Lego World Cup trophy. Among the ever-expanding list is an intriguing deal with TikTok, a partnership that will give digital creators front-row seats at the 104-match tournament.

In Fifa language its partnership with the short-form video platform will make "the most inclusive event in football history ... even more accessible". According to TikTok's global head of content, James Stafford, it will bring fans "closer to the action in ways they can't get anywhere else". It plans to do so by granting an unspecified number of online personalities behind-the-scenes access, giving them archive and highlights footage to use in their content and, in return, requesting an avalanche of posts that will make the World Cup inescapable for TikTok users.

In choosing TikTok as its preferred platform Fifa is catching up with the times. The use of creators, also known as influencers, is increasingly essential for any consumer business.

Creators present an efficient and effective way of reaching audiences with a defined message.

Reports in the US have suggested the picture is complicated somewhat by traditional broadcasters having acquired the rights Fifa wants to share with influencers. TikTok would need a sublicensing deal with the broadcaster Fox, an arrangement yet to be struck.

The platform is a play to develop new places where Fifa may ultimately sell its rights, even as it extends the offering on its Fifa+ broadcast platform. Whatever the outcome, it may be just that creators have the power to disrupt the media environment that has made Fifa decide to embrace them.

Internet: <www.theguardian.com> (adapted).

Based on the text, judge the following item.

13. According to the text, the “Fifa Pass” is a new tool designed to help fans purchase tickets for the matches in the US more quickly.
14. The text suggests that the use of influencers has become a fundamental strategy for companies that deal directly with consumers.
15. In the fragment “to the **unveiling** of the official Lego World Cup trophy” (first paragraph), the word “unveiling” could be replaced with **revealing** without changing the original meaning of the sentence.
16. In the sentence “In Fifa language **its** partnership with the short-form video platform...” (second paragraph), the pronoun “its” refers back to “the short-form video platform”.
17. The text informs that TikTok and the broadcaster Fox have already finalized a sublicensing agreement to share broadcast rights.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir sobre o controle da atividade financeira do Estado.

18. As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal, uma vez que o Brasil adota o sistema da unicidade de jurisdição.
19. Compete aos tribunais de contas, nos termos constitucionais, o julgamento das contas de prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

20. Compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro automático e tácito, contados da emissão do ato de aposentadoria no órgão.
21. No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, o Tribunal representará ao Congresso Nacional, que terá competência para efetuar a sustação do contrato.
22. O Presidente da República indica três membros do Tribunal de Contas da União, sendo os dois primeiros entre os auditores e membros do Ministério Público, enquanto um será de livre escolha, entre os brasileiros que atendam aos requisitos definidos na Constituição Federal. Somente este último será submetido à apreciação do Senado, enquanto os outros dois são nomeados diretamente, já que escolhidos por meio de lista enviada pelo Tribunal.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

23. Os sucessores dos administradores e responsáveis também estão sujeitos à jurisdição do Tribunal, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.
24. As Câmaras do TCE serão constituídas, cada uma, de três Conselheiros, eleitos pelo Tribunal Pleno, com exclusão do Presidente do Tribunal.

25. Considera-se terminativa a decisão do TCE que julga contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

26. Verificada a ocorrência de fraude à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até seis anos, de licitação na administração pública estadual e municipal.

27. Incide a prescrição no processo perante o TCE paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA APLICADA AO SP

Emannuelle Gouveia

28. O Gerenciador de Tarefas do Windows permite ao usuário encerrar processos em execução, verificar o uso de CPU e memória, além de visualizar quais programas são iniciados automaticamente com o sistema.

29. A transferência de arquivos entre computadores remotos é possível apenas por meio de navegadores de internet e ferramentas de nuvem, como Google Drive ou OneDrive, sendo inviável em conexões ponto a ponto.

30. O Microsoft Teams permite a realização de reuniões por videoconferência, o envio de mensagens instantâneas e a edição simultânea de arquivos do Word e Excel, mas não oferece suporte à integração com calendários ou agendamento de reuniões.

31. O Microsoft Word não possui recurso nativo para inserir quebras de seção em documentos longos.

32. No Microsoft Excel, a função PROCV retorna um valor com base em uma busca vertical nas colunas de uma matriz dada como intervalo de dados.

33. Em ambientes corporativos, cavalos de troia representam ameaça relevante, pois, ao contrário de outros ataques, podem permitir acesso remoto não autorizado ao sistema comprometido, mesmo sem apresentar sintomas visíveis ou causar replicação automática.

34. A assinatura digital utiliza técnicas de criptografia assimétrica para garantir a integridade e a autenticidade de uma informação, sendo suficiente por si só para assegurar controle de acesso e autorização em sistemas computacionais.

35. O conceito de Big Data refere-se ao processamento e análise de conjuntos massivos de dados caracterizados por alta variedade, volume e velocidade, exigindo arquiteturas específicas e tecnologias escaláveis para possibilitar sua coleta, armazenamento e interpretação em tempo hábil.

36. Ferramentas modernas baseadas em inteligência artificial, como ChatGPT e GitHub Copilot, são capazes de realizar tarefas complexas como geração de código e produção textual por meio do reconhecimento de padrões em dados massivos, sendo alimentadas por modelos treinados previamente com grandes volumes de informações, sem depender de instruções explícitas para cada tarefa.

37. O termo IoT, ou Internet das Coisas, refere-se à rede coletiva de dispositivos conectados e à tecnologia que facilita a comunicação entre os dispositivos e a nuvem, bem como entre os próprios dispositivos. E só deve ser utilizada em estruturas de redes locais para manter o padrão de segurança dos dados.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

Com base no texto a seguir, julgue os itens 38 E 39.

Uma equipe de auditoria interna de um órgão público definiu as seguintes regras:

1. Se o processo possui documentação completa e foi analisado dentro do prazo legal, então ele pode ser homologado.
2. Nenhum processo é homologado se não tiver sido analisado dentro do prazo legal.

38. A partir das regras estabelecidas, é logicamente correto concluir que, se um processo é homologado, então ele necessariamente foi analisado dentro do prazo legal.

39. Considere a proposição:

“Um processo não pode ser homologado se não possui documentação completa ou não foi analisado dentro do prazo legal.”

Essa proposição é logicamente equivalente à proposição

“Todo processo que possui documentação completa e foi analisado dentro do prazo legal pode ser homologado”.

Com base no texto a seguir, julgue os itens 40, 41 E 42:

Um setor de capacitação planeja a participação de servidores em três cursos: A, B e C. O conjunto de servidores elegíveis contém 120 pessoas, e sabe-se que:

- 70 servidores podem participar do curso A;
- 55 servidores podem participar do curso B;
- 40 servidores podem participar do curso C;
- 25 servidores podem participar simultaneamente dos cursos A e B;
- 20 servidores podem simultaneamente participar dos cursos A e C;

- 15 servidores podem simultaneamente participar dos cursos B e C;

- 5 servidores podem participar dos três cursos.

40. O número de servidores que não pode participar de nenhum dos três cursos é igual a 30.

41. Se um servidor é escolhido aleatoriamente entre os elegíveis, a probabilidade de que ele possa participar de exatamente um dos três cursos é inferior a 40%.

42. Para fins de planejamento, a coordenação decide formar comissões de 3 servidores, escolhidos exclusivamente entre aqueles que podem participar do curso A, sendo irrelevante a ordem dos membros na comissão. Nessas condições, o número de comissões distintas que podem ser formadas é superior a 50.000.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Leandro Ravyelle*

Considerando o entendimento jurisprudencial do STF a respeito do direito financeiro na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

43. As disponibilidades de caixa dos estados-membros, dos órgãos ou das entidades que os integram e das empresas por eles controladas deverão ser depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvadas as autorizações veiculadas nas legislações estaduais.

44. A sustentabilidade da dívida pública, que ganhou expresso status constitucional recentemente, deve ser tomada como mandamento e simetria por todos os entes federados na condução da política fiscal e equidade intergeracional.

45. É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo o projeto de lei que versa sobre normas de direito financeiro.

Julgue os itens seguintes, à luz das normas de Processo Legislativo Orçamentário.

46. A estrutura programática do PPA deve contemplar a vinculação obrigatória de programas e ações orçamentárias aos objetivos estratégicos da administração pública, sendo permitida a inclusão de despesas operacionais que não tenham caráter continuado ou relação direta com investimentos de médio e longo prazo, por serem consideradas despesas decorrentes dos programas de duração continuada.

47. A LDO reforça o texto constitucional quando determina que as informações sobre a execução física das ações orçamentárias e os resultados de avaliações e do monitoramento de políticas públicas e programas de governo devem ser consideradas, quando for o caso, como diretrizes na alocação de recursos na LOA.

Julgue os itens seguintes, à luz das normas de execução orçamentária.

48. Em caso de imprevisibilidade caracterizada na legislação brasileira, admitir-se-á que o ato do empenho seja concomitante à realização da despesa.

49. A lei orçamentária anual (LOA) conterá, em anexo, a estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias, no exercício de sua elaboração e para os 2 (dois) exercícios subsequentes.

50. As estimativas globais de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia serão organizadas em anexos específicos da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com estimativa das

renúncias no exercício de referência e nos 3 (três) exercícios subsequentes – no caso da União.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

No tocante aos princípios implícitos e expressos da Administração Pública, julgue o item que se segue.

51. O princípio da impessoalidade identifica-se com a exigência de probidade, honestidade e lealdade institucional, de modo que sua principal função é exigir comportamento ético do administrador, sendo esse princípio o responsável por fundamentar a invalidação de atos imorais, ainda que legais.

Em relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

52. Na desconcentração administrativa, há distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com criação de órgãos públicos vinculados hierarquicamente para melhor desempenho das funções, ao passo que a descentralização envolve a transferência da titularidade e/ou da execução de atividades administrativas para outra pessoa jurídica distinta, integrante da Administração Indireta ou pertencente ao setor privado

A respeito dos atos administrativos, analise o enunciado abaixo.

O Município Alfa, por meio de seu secretário de Urbanismo, concedeu autorização administrativa para que o comerciante Roberto explorasse economicamente um quiosque instalado em área pública municipal.

Após a concessão, a Administração constatou que a autorização foi expedida sem observância de exigência legal expressa quanto à competência da autoridade emissora.

Em situação diversa, a Administração verificou que outra autorização regularmente expedida deixou de atender ao interesse público em razão de nova política urbana voltada à reorganização dos espaços públicos.

Com base nos casos apresentados, julgue os itens 53 e 54.

53. Em ambas as hipóteses, a Administração deverá revogar os atos, uma vez que tanto a ilegalidade quanto à inconveniência autorizam a revogação administrativa

54. No primeiro caso, o ato deverá ser revogado por razões de legalidade, enquanto, no segundo, a Administração deverá anulá-lo por razões de mérito administrativo

Acerca dos poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

55. O poder de polícia administrativa tem por finalidade condicionar e limitar o exercício de direitos e liberdades individuais em benefício do interesse público, sendo exercido por meio de atos normativos e concretos, de caráter preventivo e repressivo, e apresenta, como atributos, a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade

Em relação ao controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

56. O controle legislativo da Administração Pública possui natureza externa e pode abranger aspectos políticos e financeiros dos atos administrativos, sendo exercido nos limites definidos pela Constituição

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, analise o enunciado abaixo.

No Município de Boa Esperança, a Secretaria de Infraestrutura, chefiada por Carlos Nogueira, pretende contratar empresa para executar uma obra de engenharia considerada especial, em razão da complexidade técnica envolvida. Para tanto, a Administração avalia utilizar a modalidade concorrência, adotando como critério de julgamento o maior retorno econômico.

Paralelamente, a Secretaria de Cultura, dirigida por Ana Luísa Ferraz, planeja selecionar um projeto artístico para revitalização de uma praça histórica, prevendo a concessão de prêmio ao vencedor, enquanto o Departamento de Patrimônio, sob responsabilidade de Rafael Mendes, busca alienar veículos oficiais apreendidos judicialmente, optando pela modalidade leilão, com adjudicação ao maior lance.

Com base no caso apresentado, julgue o item a seguir.

57. A utilização da concorrência para a contratação da obra de engenharia especial, com critério de julgamento de maior retorno econômico, bem como a escolha do concurso para seleção do projeto artístico e do leilão para alienação dos veículos apreendidos, estão em conformidade com as modalidades e critérios legalmente previstos

Segundo a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue o item a seguir.

58. A concessão de um serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco

Conforme a Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, analise o enunciado abaixo.

No Estado de Serra Azul, a Secretaria de Infraestrutura, sob a coordenação de Marcos Vinícius Teixeira, pretende celebrar um contrato de parceria público-privada para a construção e operação de um complexo hospitalar regional.

Durante a fase de modelagem do projeto, a equipe técnica propôs um contrato com prazo de vigência de 40 anos, sob o argumento de que o elevado volume de investimentos privados exigiria um período mais extenso para adequada amortização.

Com base no caso apresentado, julgue o item a seguir.

59. É juridicamente válida a fixação de contrato de parceria público-privada com prazo de vigência superior a 35 anos, desde que demonstrada a necessidade de prazo maior para a amortização dos investimentos realizados pelo parceiro privado

De acordo com a Lei de Processo Administrativo Federal nº 9.784/1999, julgue o item a seguir.

60. Fica impedida a atuação em processo administrativo do servidor ou da autoridade que possua interesse direto ou indireto no assunto, que esteja em litígio judicial ou administrativo com o interessado ou com seu cônjuge ou companheiro, bem como daquele que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante. A vedação também se aplica quando essas situações envolverem o cônjuge, o

companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

61. De acordo com a jurisprudência do STF, possui eficácia limitada a norma constitucional que estabelece a liberdade de exercer trabalho, ofício ou profissão.

62. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

63. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

64. A Constituição autoriza o Tribunal de Contas a susta a execução de contrato administrativo, sempre que o órgão ou entidade fiscalizado não adotar as providências determinadas pela Corte de Contas.

65. É constitucionalmente possível a desconsideração da pessoa jurídica pelo Tribunal de Contas da União, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa.

66. O STF, em seus mais recentes julgados, tem afastado a possibilidade de os tribunais de contas exercerem qualquer tipo de controle de constitucionalidade de atos normativos do poder público.

67. Compete ao Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a decretar estado de defesa.

68. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravyelle

69. As condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária devem ser editadas por meio de lei complementar pela União.

70. A LOA é lei não apenas formal, mas também detém carga material, sendo passível de controle concentrado de constitucionalidade no STF.

71. A LOA é considerada uma lei em sentido material, pois inova na ordem jurídica ao criar, de forma abstrata e geral, direitos subjetivos e obrigações para os cidadãos.

72. A cobrança de preços públicos (tarifas) por serviços prestados por empresas estatais, como o fornecimento de água, é um exemplo de receita derivada.

73. Admite-se para a compensação da renúncia de receita uma expectativa futura e geral de crescimento econômico, que converge da lógica da neutralidade fiscal exigida pela LRF.

74. Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual (PLOA) no Congresso Nacional, um deputado federal, buscando atender à demanda de sua base eleitoral, propôs uma

emenda parlamentar para incluir a construção de uma unidade básica de saúde em um município de seu estado.

A emenda previa um acréscimo de despesa no valor de R\$ 100 milhões.

Para viabilizar a proposta, o parlamentar sugeriu que os recursos necessários fossem obtidos por meio do cancelamento de uma dotação destinada ao pagamento de serviços da dívida pública.

Acerca da situação hipotética, julgue o item a seguir.

A emenda é admissível, pois as emendas parlamentares podem remanejar livremente as dotações orçamentárias, desde que não ultrapassem o valor total do projeto de lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

Sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), previsto no art. 155, I, da Constituição Federal de 1988, julgue os itens abaixo.

75. A Constituição Federal estabelece que o ITCMD poderá ser progressivo

76. Caso João, domiciliado em Salvador (BA), doe a Maria, domiciliada no Rio de Janeiro (RJ), um veículo licenciado em São Paulo, o Estado que tem direito a tributar a referida doação pelo ITCMD será o Estado da Bahia

77. Acerca das espécies tributárias no ordenamento jurídico brasileiro, considerando, ainda, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue: Taxas judiciárias e custas judiciais, embora pertençam à espécie tributária taxa, possuem características distintas, não havendo bis in idem na cobrança de ambos os tributos

78. Caso um determinado Estado da federação revogue um benefício fiscal de ICMS, concedido há alguns anos, o STF entende que a revogação pode produzir efeitos imediatos, uma vez que revogação de benefício fiscal não se confunde com majoração de tributos

79. Sobre as competências atribuídas à lei complementar em matéria tributária, conforme previsto no art. 146 da Constituição Federal, julgue o item a seguir.

Compete à lei complementar estabelecer normas gerais sobre definição de tributos e suas espécies, exceto em relação aos impostos, cabendo à lei ordinária a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes

80. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária

81. Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre a responsabilidade tributária, é correto afirmar que a responsabilidade tributária do sujeito passivo pelas infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, bastando que seja acompanhada do pagamento do tributo devido e que seja realizada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração

82. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem natureza distinta desta, pois se refere ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária

aparente de segundo grau, que pode ser solucionada pelo critério hierárquico.

84. Em atenção à teoria concepcionista, adotada pelo Código Civil, a personalidade começa com a concepção, pois a lei põe a salvo os direitos do nascituro.

85. O rastreador automotivo considera-se parte integrante do veículo, acompanhando-o em caso de alienação.

86. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

87. Os direitos formativos sujeitam-se a prazos decadenciais, que podem ser estabelecidos em lei ou pela vontade das partes.

88. Num contrato de venda de safra futura, a superveniência de uma praga que inutilize a plantação caracteriza acontecimento extraordinário e imprevisível, apto a ensejar a resolução contratual por onerosidade excessiva.

89. A emancipação voluntária, diversamente da operada por força de lei, não exclui a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados por seus filhos menores.

90. O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, bem como o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias, por ele erigidas em imóvel alheio.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

83. Quando uma lei superior anterior contrasta com uma lei inferior posterior, tem-se uma antinomia

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques***91. Julgue o item subsequente, relativo às provas no âmbito do direito processual civil.**

A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.

92. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre as condições da ação, julgue o item subsequente.

O requerimento administrativo prévio não é essencial para aferir a existência de interesse de agir na ação de cobrança do seguro.

93. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a gratuidade de justiça, julgue o item subsequente.

Admite-se o uso de critérios objetivos para o indeferimento imediato da gratuidade judiciária requerida por pessoa natural

94. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à tutela provisória.

Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

95. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas aos pedidos no âmbito do Código de Processo Civil.

Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

96. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas**aos pedidos no âmbito do Código de Processo Civil.**

O pedido será subsidiário quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

97. Acerca das disposições processuais sobre a improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito.

98. Acerca das disposições processuais sobre a improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira***99. Sobre a aplicação da lei penal, analise a afirmativa a seguir.**

Para que ninguém fique impune, o Direito penal admite a retroatividade da lei, seja mais benéfica ou maléfica, para o réu.

100. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, conforme disposto no Código Penal Brasileiro, a lei penal não pode ser aplicada a crimes cometidos antes de sua vigência, exceto se for mais benéfica ao réu.

101. Acerca da incidência da lei penal no tempo e no espaço, analise a afirmativa a seguir.

Para fins de aplicação da legislação penal, equiparam-se ao território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, sejam elas de natureza pública ou que estejam a serviço do Estado brasileiro, independentemente do local em que se encontrem.

102. No âmbito do Direito Penal brasileiro, existem situações em que, embora o fato se amolde ao tipo penal, a conduta do agente pode ser considerada juridicamente permitida ou afastar a responsabilização penal. Com base nas causas que excluem a ilicitude e a culpabilidade, o estado de necessidade e o estrito cumprimento do dever legal configuram hipóteses de exclusão da tipicidade penal.

103. De acordo com o que o Código Penal estabelece quanto ao concurso de pessoas, analise a afirmativa a seguir.

No caso de concorrente que quis participar de crime menos grave, a pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

104. Sobre as penas previstas no Código Penal brasileiro, analise a assertiva a seguir. A pena de multa somente pode ser aplicada de forma cumulativa com pena privativa de liberdade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

105. Julgue o item seguinte acerca dos princípios que envolvem a previdência social no Brasil.

A necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial nos regimes públicos de previdência social é um princípio constitucional fundamental, que acarreta profundas repercussões na organização e sustentabilidade do sistema brasileiro de proteção social. É vedada a criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total.

106. Julgue o item a seguir acerca das normas gerais sobre regimes próprios de previdência social.

As regras para cálculo de proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos amparados por regime próprio de previdência social são disciplinadas em lei complementar da União.

107. O servidor público titular de cargo efetivo do Estado do Rio Grande do Norte que for cedido ao Estado do Ceará com ônus para o cessionário permanecerá vinculado ao regime previdenciário de origem.

108. O Estado do Rio Grande do Norte procedeu à reforma previdenciária por meio da Emenda à Constituição Estadual n. 20/2020, trazendo nova regra para a aposentadoria voluntária dos servidores que ocupam cargo efetivo. Os servidores públicos estaduais serão aposentados voluntariamente, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, atendendo aos demais requisitos dispostos em lei complementar estadual.

109. Maria Eduarda, pessoa com deficiência leve e servidora pública do Estado do Rio Grande do Norte, desempenha suas atividades profissionais regularmente após aprovação em concurso público. Antes de ser aprovada no concurso e ter iniciado sua atividade no cargo público estadual de provimento efetivo, Maria Eduarda não possuía qualquer vinculação a regime público de previdência.

Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Maria Eduarda poderá aposentar-se por tempo de contribuição aos 60 anos de idade e 33 anos de contribuição, atendendo aos demais requisitos impostos pela legislação estadual vigente.

110. Acerca das regras e aspectos relacionados aos regimes próprios de previdência social, considerado o entendimento jurisprudencial do STF é correto afirmar que a ausência de estudo atuarial específico e prévio à edição de lei que aumente a contribuição previdenciária dos servidores públicos implica em vício de inconstitucionalidade, não podendo ser sanada pela demonstração do déficit financeiro ou atuarial que justifique a medida.

111. Em relação ao regime de previdência complementar dos servidores efetivos do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar que Conselheiro do Tribunal de Contas que tomar posse após o início da vigência do regime de previdência complementar do estado e não aderir a ele receberá aposentadoria com valor sem a limitação ao teto dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

112. Julgue o item seguinte acerca do regime de previdência complementar dos servidores públicos.

Os regimes de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo

somente poderão oferecer plano de benefícios na modalidade contribuição definida.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Tonyvan Carvalho

113. Nos trabalhos de relatório direto, o auditor expressa opinião padronizada, nos mesmos moldes utilizados nos trabalhos de certificação.

114. A opinião modificada pode assumir a forma de ressalva, adversa ou abstenção, conforme a relevância e a generalização das distorções ou limitações de escopo.

115. O monitoramento realizado pelos órgãos de auditoria governamental visa verificar se as recomendações foram adequadamente tratadas pela entidade auditada, podendo resultar em novo relatório caso as ações sejam insuficientes.

116. As auditorias de regularidade têm por objetivo avaliar exclusivamente a legalidade dos atos de gestão, não abrangendo aspectos contábeis, financeiros, orçamentários ou patrimoniais, os quais são próprios das auditorias operacionais.

117. O achado de auditoria resulta da comparação entre a situação encontrada e o critério aplicável, sendo composto, necessariamente, pelos atributos situação encontrada, critério, causa e efeito, os quais devem estar devidamente fundamentados em evidências.

118. A identificação da causa no desenvolvimento dos achados tem caráter meramente descritivo, não sendo elemento essencial para a proposição de medidas corretivas, uma vez que a responsabilização decorre exclusivamente da situação encontrada.

119. As evidências de auditoria devem ser suficientes, adequadas e relevantes, sendo admissível a utilização exclusiva de evidências testemunhais, desde que reduzidas a termo, independentemente de corroboração por outros meios.

120. A objetividade e a concisão dos relatórios de auditoria exigem que os auditores evitem expressões que indiquem dúvida ou subjetividade, bem como o uso excessivo de adjetivações, devendo apresentar as informações de forma clara, precisa e fundamentada em evidências.

Estudo de Caso

No ano de 2024, o Município de "Beta" realizou um processo licitatório para o registro de preços visando à futura contratação de serviços de limpeza e conservação predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O edital previu o quantitativo total de 100 postos de trabalho. Após a homologação e a assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), um órgão federal sediado em outro estado, na condição de órgão ou entidade não participante, solicitou a adesão para a contratação de 60 postos de trabalho.

Paralelamente, durante a execução contratual, a empresa detentora da ata, "Gama Serviços", solicitou a atualização dos valores contratuais alegando que uma nova convenção coletiva de trabalho majorou o piso salarial da categoria. Além disso, verificou-se que a empresa apresentou documentação falsa para comprovar sua qualificação técnica. Diante da gravidade, a administração municipal cogita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar. Na qualidade de Auditor de Controle Externo, você deve avaliar a regularidade dessas operações.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Analise a viabilidade da adesão solicitada pelo órgão federal, detalhando os requisitos de consulta e os limites quantitativos individuais e totais estabelecidos para a figura do "carona".
2. Identifique e explique o modo de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro adequado para o pleito da empresa "Gama Serviços" em relação aos custos de mão de obra, diferenciando-o do reajustamento em sentido estrito.
3. Descreva o procedimento necessário para a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, especificando a composição da comissão responsável e os requisitos de estabilidade de seus membros..

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
